
 SANTACASA DO PARÁ	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

## TERMO DE REFERÊNCIA

PAE nº E-2025/3206497

### 1. OBJETIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

**1.1.** O objetivo deste Termo de Referência é estabelecer as diretrizes para a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva dos instrumentais cirúrgicos utilizados pela Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA). O escopo inclui afiação, desempenho, soldagem, polimento, lubrificação, gravação a laser, substituição de peças, emissão de laudos técnicos individualizados e orientação técnica periódica às equipes do CME, conforme exigências da ANVISA, ABNT e ISO 13485. O serviço visa garantir a funcionalidade, rastreabilidade, longevidade e segurança dos instrumentais, assegurando a continuidade dos procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade, com atendimento às normas sanitárias vigentes.

**1.2.** A contratação fundamenta-se em estudo técnico preliminar que evidencia o acúmulo de instrumentais danificados, ausência de contrato vigente, impossibilidade de manutenção pela equipe interna de engenharia clínica e impactos diretos nas rotinas assistenciais, como atrasos ou cancelamentos de cirurgias. O serviço também é essencial diante do investimento superior a R\$ 7,9 milhões na aquisição de novos instrumentais e torres de videocirurgia, cuja manutenção especializada é indispensável para preservar o patrimônio público e garantir a continuidade dos serviços hospitalares com qualidade e segurança.

**1.3.** A empresa contratada deverá realizar visitas quinzenais com profissional instrumentalista para capacitação das equipes do CME, além de disponibilizar um técnico aos sábados para execução de afiação e desempenho dos instrumentais, considerando que não há cirurgias programadas nesse dia, o que permite a disponibilidade total dos materiais para o serviço, sem comprometer o fluxo cirúrgico. Também será estabelecida cota mensal de 50% do contrato para conserto de instrumentais, permitindo previsibilidade orçamentária e agilidade na recuperação dos instrumentais críticos.

**1.4.** O processo licitatório será conduzido por pregão eletrônico, com critério de menor preço por item, garantindo transparência, competitividade e economicidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Os requisitos técnicos mínimos e condições de execução contratual serão detalhadamente descritos no edital e seus anexos, incluindo prazos de atendimento, padrões de qualidade e mecanismos de controle e fiscalização.

**1.5.** Essa contratação permitirá à FSCMPA manter a regularidade das cirurgias, evitar falhas operacionais, minimizar descartes prematuros, assegurar o uso racional dos recursos públicos e reforçar seu compromisso com a assistência segura e eficiente à população. Trata-se de uma medida estratégica que alinha qualidade assistencial, sustentabilidade financeira e conformidade regulatória, consolidando a instituição como referência regional em gestão hospitalar e excelência cirúrgica.

### 2. DEFINIÇÃO OBJETO.

**2.1-** Com base nos estudos técnicos preliminares anexados, este Termo de Referência (TR) foi elaborado com o objetivo de fornecer os elementos necessários e suficientes para a realização do procedimento de contratação por meio de Pregão Eletrônico, visando a contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de instrumentais cirúrgicos, conforme especificado no Anexo II, pelo critério de menor preço por item. O serviço será destinado à Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA), com a finalidade de garantir a continuidade, a eficiência e a segurança operacionais dos materiais cirúrgicos utilizados nas diversas especialidades médicas da instituição.

**2.2-** A contratação contemplará manutenções preventivas e corretivas, com uma cota mensal de 50% do contrato para conserto de instrumentais, incluindo afiação, desempenho, soldagem, polimento, lubrificação

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ad07039

Nº do Protocolo: 2025/3206497

CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305

Email: equipamentos@scm.par.gov.br



Anexo/Sequencial: 12



SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA



Página: 1 de 33

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

e substituição de peças, bem como a gravação a laser para rastreabilidade, com fornecimento de relatórios técnicos detalhados e registro das intervenções realizadas. Além disso, o serviço deverá incluir a disponibilidade de técnico aos sábados, dia no qual não há programação cirúrgica, permitindo a realização dos serviços sem impactar a rotina do centro cirúrgico. Também será exigido profissional instrumentalista com visitas quinzenais, para acompanhamento técnico e capacitação dos profissionais do CME, fortalecendo os processos de esterilização e manuseio dos instrumentais.

2.3- Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas da ANVISA (RDC N° 50/2002, RDC N° 15/2012, RDC N° 156/2006 e RDC N° 67/2022), bem como as normas técnicas da ABNT (NBR ISO 13485 e NBR ISO 17665), garantindo a qualidade sanitária, rastreabilidade e segurança dos instrumentais em uso. A empresa contratada deverá possuir comprovação de capacidade técnica para o serviço, infraestrutura laboratorial adequada e equipe especializada com formação específica na área.

2.4- A contratação de empresa especializada para a manutenção dos instrumentais cirúrgicos é essencial para evitar atrasos em procedimentos, reduzir custos com substituição de itens danificados, garantir a segurança dos pacientes e preservar o patrimônio público hospitalar. Considerando o recente investimento superior a R\$ 7,9 milhões em novos instrumentais, a ausência de um contrato de manutenção acarretaria grave risco de paralisação cirúrgica e prejuízo assistencial, especialmente em setores críticos como videocirurgia, neurocirurgia, ortopedia e urologia.

2.5- Este Termo de Referência define as condições contratuais, especificações técnicas, critérios de julgamento e estimativas financeiras para a execução do serviço, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando que a contratação ocorra com transparência, legalidade e economicidade. A implementação dessa estrutura de manutenção especializada e contínua permitirá à FSCMPA oferecer assistência cirúrgica com maior previsibilidade, qualidade e segurança, reforçando o seu compromisso com a saúde pública e consolidando sua posição como referência hospitalar no Estado do Pará.

<b>3. O QUE SERÁ CONTRATADO?</b>	
3.1- Objeto especificado descrito no documento F- Anexo-II - Tabela de valor de Referência.	
	<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO*</b>

<b>4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.</b>	
<b>4.1- QUAL A JUSTIFICATIVA PARA ESTA CONTRATAÇÃO?</b>	<p>4.1.1- A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) é um hospital de referência no atendimento cirúrgico de média e alta complexidade, atendendo exclusivamente pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A instituição possui papel estratégico na realização de procedimentos cirúrgicos, distribuídos entre especialidades como neurocirurgia, ortopedia, videocirurgia, urologia, cirurgia pediátrica, ginecologia, geral e outras, exigindo alta disponibilidade e qualidade dos instrumentais cirúrgicos utilizados em bloco operatório. Para isso, conta com Centro Cirúrgico próprio e um Centro de Material e Esterilização (CME) responsável pelo reprocessamento dos instrumentos, o que exige constante manutenção técnica</p>

TERMO DE REFERÊNCIA



**especializada** para garantir o desempenho seguro e eficaz dos itens utilizados em procedimentos críticos.

**4.1.2- Os instrumentais cirúrgicos são dispositivos essenciais** na prática hospitalar, empregados em todas as etapas de procedimentos invasivos. Sua **qualidade, integridade e funcionalidade** estão diretamente associadas à **segurança do paciente, sucesso cirúrgico e controle de infecções**. Instrumentais danificados, mal afiados ou empenados podem comprometer procedimentos, causar **lesões acidentais** e **aumentar o tempo cirúrgico**, além de **dificultar o processo de esterilização** e impactar na **precisão e agilidade do ato médico**. Dada a complexidade do acervo da FSCMPA, que conta com **diversos kits cirúrgicos de alta especialização**, torna-se indispensável a implementação de **um programa contínuo de manutenção preventiva e corretiva**, com cobertura técnica especializada, inspeção sistemática, afiação, desempenho e troca de peças.

**4.1.3- A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA)** realizou nos últimos anos **importante investimento na renovação de seus instrumentais cirúrgicos**, com aquisição de **diversos kits especializados por meio de licitação**, com **valor superior a R\$ 7,9 milhões**. Esse acervo é utilizado diariamente nas rotinas cirúrgicas, sendo que **a ausência de manutenção contínua resultaria na deterioração acelerada dos materiais**, perda de funcionalidade e **comprometimento direto do calendário cirúrgico** da instituição. É importante destacar que, diante da **alta rotatividade do acervo e do uso intensivo**, os instrumentais estão sujeitos a desgaste mecânico, necessitando de **manutenção sistemática para prolongar sua vida útil e evitar substituições onerosas**.

**4.1.4- Justifica-se, portanto, a contratação urgente de empresa especializada** para a **manutenção corretiva e preventiva de instrumentais cirúrgicos**, com fornecimento de peças, mão de obra técnica capacitada, relatórios de rastreabilidade e sistema de identificação por gravação a laser. Além dos atendimentos sob demanda, será exigida **presença de técnico aos sábados**, período em que não há cirurgias programadas, permitindo que os materiais sejam recolhidos para serviços de **amolação e desempenho sem prejudicar a rotina hospitalar**. A proposta também contempla a **visita quinzenal de profissional instrumentalista**, para **acompanhar os fluxos do CME**, orientar a equipe técnica e realizar **capacitações sobre cuidados, armazenamento e manuseio dos instrumentais**.

**4.1.5- A contratação dos serviços especializados de manutenção** permitirá à instituição **manter sua capacidade cirúrgica ininterrupta, reduzir custos com substituição de kits, aumentar a**

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

	<p>vida útil dos equipamentos e garantir a segurança dos pacientes. A prestação dos serviços seguirá <b>rigorosamente os parâmetros definidos pelas normas sanitárias da ANVISA (RDC N° 50/2002, RDC N° 15/2012, RDC N° 156/2006 e RDC N° 67/2022)</b> e normas técnicas ABNT (NBR ISO 13485 e ISO 17665), com controle de qualidade documentado e rastreável. Desta forma, a contratação de empresa com experiência comprovada, infraestrutura técnica adequada e capacidade de resposta compatível com a demanda hospitalar é essencial para assegurar a continuidade das atividades cirúrgicas e a qualidade assistencial da FSCMPA, em conformidade com as condições, requisitos e critérios estabelecidos neste documento.</p>
--	---

**5. A CONTRATAÇÃO DEVE SER ITEM OU EM LOTE**

<b>10.1-O OBJETO DA CONTRATAÇÃO É POR?</b>	<input type="checkbox"/> Lote. <b>Justificativa:</b> <i>(Justificativa da contratação em lote Anexo-X).</i> <input checked="" type="checkbox"/> Item.
--	--

**6. A CONTRATAÇÃO POSSUI RESERVA DE COTA PARA ME/EPP:**

<b>6.1- HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Não. <b>Justificativa:</b> <i>(A não inclusão de cota reservada para ME/EPP no presente processo é tecnicamente justificada e está em conformidade com as exceções previstas na Lei Complementar n° 123/2006, artigo 49, inciso III, que estabelece que a reserva de cota pode ser afastada quando sua aplicação não for vantajosa para a administração pública ou representar prejuízo à qualidade ou complexidade do serviço a ser contratado, <u>porém não excluir a participação das ME e EPP em função do objeto</u>).</i> <input type="checkbox"/> Sim. <b>Indicar os itens:</b> (Indicar os itens).
--	---

**7. A CONTRATAÇÃO POSSUI INSTRUMENTO AUXILIAR**

<b>7.1- QUAL O PROCEDIMENTO AUXILIAR DA CONTRATAÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Credenciamento: <input type="checkbox"/> Pré-qualificação: <input type="checkbox"/> Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): <input checked="" type="checkbox"/> Sistema de Registro de Preços (SRP): <input type="checkbox"/> Registro Cadastral:
--	---

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ad407039

Nº do Protocolo: 2025/3206497

ANEXO 1  
CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305  
Email: equipamentos@scmpa.org.br



Anexo/Sequencial: 12



SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA



Página: 4 de 33

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

	<input type="checkbox"/> Sem Instrumento Auxiliar:
<b>8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</b>	
<b>8.1- QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?</b>	<p><b>8.1.1-</b> O principal motivo para a contratação de uma empresa especializada em manutenção de instrumentais cirúrgicos é garantir a continuidade, a qualidade e a segurança dos procedimentos cirúrgicos realizados na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA). Os instrumentais cirúrgicos são insumos indispensáveis para a execução de atos médicos precisos e seguros, sendo utilizados diariamente em procedimentos de média e alta complexidade. Diante do uso intensivo desses materiais, a <b>manutenção preventiva e corretiva</b> torna-se essencial para evitar falhas técnicas, prolongar a vida útil dos instrumentais e assegurar a eficiência dos serviços assistenciais prestados à população.</p> <p><b>8.1.2-</b> A ausência de um contrato de manutenção adequado pode acarretar sérios prejuízos operacionais, como o aumento da incidência de falhas nos instrumentais, risco de complicações intraoperatórias, atrasos em procedimentos cirúrgicos e a necessidade de aquisição emergencial de novos materiais, o que representa impacto direto no orçamento da instituição. A manutenção adequada inclui <b>afiação, desempenho, soldagem e lubrificação periódica</b>, garantindo que os instrumentos estejam sempre em conformidade com os padrões técnicos e sanitários exigidos pela ANVISA, especialmente conforme disposto na RDC nº 15/2012.</p> <p><b>8.1.3-</b> Portanto, a contratação de uma empresa qualificada para a manutenção dos instrumentais cirúrgicos garantirá maior confiabilidade e disponibilidade dos materiais, promovendo um atendimento contínuo, seguro e eficiente aos pacientes. Com uma equipe técnica especializada, atendimento presencial aos sábados e uso de técnicas adequadas de recuperação e conservação, a instituição poderá otimizar seus recursos, reduzir o tempo de inatividade dos instrumentais e manter os procedimentos cirúrgicos em conformidade com os requisitos de qualidade e biossegurança. Além disso, a medida reforça o compromisso da FSCMPA com a excelência na prestação de serviços de saúde pública, assegurando a integridade dos pacientes e a eficácia dos tratamentos ofertados.</p> <p><b>8.1.4- Descrição da Solução:</b> A empresa contratada será responsável pela execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva dos instrumentais cirúrgicos da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMPA, utilizados nos Centros Cirúrgicos e no Centro de Material e Esterilização (CME). O escopo da solução contempla ações específicas para cada tipo de instrumental, visando restabelecer sua funcionalidade, prolongar sua vida útil e garantir a conformidade com</p>

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ad407039

Nº do Protocolo: 2025/3206497

Anexo/Sequencial: 12  
 Email: equipamentos@scm.par.gov.br



SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA





TERMO DE REFERÊNCIA

os requisitos sanitários vigentes, conforme as normas da ANVISA (RDC nº 15/2012, nº 509/2021, ISO 13485 e normas técnicas da ABNT.

Entre os serviços contemplados estão:

- **Afiação, aferição e polimento de instrumentais de corte e dissecação** como **tesouras, bisturis e curetas**, garantindo precisão cirúrgica e redução de trauma tecidual;
- **Desempeno, lubrificação e realinhamento de pinças, porta-agulhas e clamps**, com **substituição de molas, parafusos**, assegurando **preensão eficaz e movimentação funcional das articulações**;
- **Reparos estruturais e soldagem especializada** (TIG, MIG, Laser, Tungstênio) de **instrumentais danificados**, preservando sua integridade física e evitando o descarte prematuro;
- **Polimento e remoção de corrosão/manchas**, em conformidade com a ABNT NBR 14332, prevenindo falhas de esterilização;
- **Manutenção de óticas de videocirurgia e micromotores**, incluindo **limpeza especializada, substituição de lentes e fibras ópticas**, além de ajustes mecânicos e elétricos dos equipamentos;
- **Serviços de gravação a laser** para identificação individualizada dos instrumentais, assegurando a **rastreabilidade plena em todo o ciclo de uso e reprocessamento**;
- **Emissão de laudos técnicos individualizados** com registro e parecer sobre a viabilidade de uso, reparo ou descarte;
- **Acompanhamento técnico quinzenal e orientação especializada às equipes do CME**, promovendo a **capacitação contínua** no correto manuseio, inspeção e preservação dos instrumentais.

A solução proposta visa mitigar os impactos gerados pela presença de instrumentais danificados, como **infecções do sítio cirúrgico (ISC)**, **atrasos e cancelamentos de procedimentos**, **reoperações evitáveis**, além de **desperdícios financeiros com substituições desnecessárias**. Trata-se de uma **ação estratégica e estruturante**, que assegura a **segurança assistencial**, a **qualidade dos atos cirúrgicos** e a **gestão eficiente do parque instrumental da instituição**.

**8.1.5- Atendimento Técnico:** A contratada deverá garantir **atendimento técnico contínuo**, com **profissional habilitado disponível aos sábados**, atendendo à **demandas cirúrgica eletiva de fim de semana**, além de **visitas quinzenais de instrumentalista especializado** para acompanhamento dos fluxos do CME e **capacitação contínua das equipes**. A comunicação dos chamados será feita pela fiscalização contratual ou pela equipe da Engenharia Clínica, mediante **e-mail institucional, telefone ou aplicativo de mensagens instantâneas**, e a contratada deverá manter **canal ativo 24h**

TERMO DE REFERÊNCIA

com emissão de protocolo de atendimento. Todos os serviços deverão ser realizados conforme padrões da RDC ANVISA nº 15/2012, RDC nº 509/2021, e das normas técnicas da ABNT.

**8.1.6- Mão de Obra:** A empresa deverá dispor de **profissionais técnicos especializados**, com **atestados de capacidade técnica** compatíveis com o escopo do contrato. Os profissionais deverão ter **formação específica e experiência comprovada** na manutenção de instrumentais cirúrgicos, sendo obrigatória a **realização de inspeções técnicas quinzenais presenciais**. O profissional também deverá realizar **afiações presenciais aos sábados**, e estar apto a conduzir **ajustes, substituições e intervenções preventivas**, contribuindo para a **qualidade do reprocessamento** dos instrumentais e para o **cumprimento das diretrizes sanitárias** em vigor.

- **EPIs apropriados** (luvas, óculos, aventais impermeáveis e máscaras), assegurando proteção aos técnicos.

**8.1.7- Manutenção Preventiva:** As **ações de manutenção preventiva** deverão seguir **cronograma validado pela fiscalização contratual** e elaborado com base nas **boas práticas definidas pelas normas técnicas da ANVISA e da ABNT**. As intervenções incluirão:

- **Afiação técnica especializada de lâminas e tesouras;**
- **Desempeno e realinhamento de articulações danificadas;**
- **Soldagem específica de elementos metálicos quebrados;**
- **Polimento e remoção de oxidações/manchas** conforme a NBR 14332;
- **Lubrificação e ajustes de molas, parafusos e mecanismos de pressão;**
- **Gravação a laser para identificação e rastreabilidade;**
- **Laudo técnico e registro do antes e depois** de cada item.

**8.1.8- Manutenção Corretiva:** As **manutenções corretivas** deverão ser executadas conforme a demanda técnica identificada pela instituição, com os seguintes prazos máximos:

- **Correções simples** de amolação e desempenho devem ser realizadas aos sábados e entregue no mesmo dia;
- **Corretivas complexas** que necessite de envio ou tempo para a substituição de peças ou componentes com o tempo de até 40 dias ou conforme o valor, tendo em vista que a cota para os reparos não pode ser superior a 70 dias.

Todos os procedimentos deverão ser **antecedidos de autorização da fiscalização**, com apresentação de **justificativa técnica**, sempre que houver

TERMO DE REFERÊNCIA

**necessidade de envio externo** ou envolvimento de peças de alto custo.

**8.1.9- Relatórios e Documentação:** A contratada deverá apresentar relatórios técnicos detalhados após cada intervenção, contendo:

- **Checklist das ações executadas;**
  - **Descrição das peças substituídas, com justificativas técnicas;**
  - **Etiquetas ou Marcação a Lizer de rastreabilidade aplicadas ao instrumental;**
  - **Laudo técnico assinado por profissional legalmente habilitado.**
- Além disso, deverá ser entregue **relatório mensal** com os **resultados das inspeções técnicas no CME e Centro Cirúrgico**, incluindo **avaliação de fluxos e recomendações técnicas**. Toda documentação será arquivada em formato físico e digital, em pasta padronizada, para fins de **auditoria interna, externa e sanitária**.

**8.1.10- Substituição de Peças e Abrangência do Contrato**

As **peças utilizadas nos reparos** deverão ser **novas, originais ou tecnicamente compatíveis**, em conformidade com os **padrões da ISO 13485**, assegurando a rastreabilidade, segurança e desempenho funcional dos instrumentais cirúrgicos após a manutenção. A contratada deverá garantir a **qualidade, durabilidade e integridade das peças substituídas**, bem como apresentar **laudos técnicos** que justifiquem as intervenções realizadas e documentem os componentes aplicados.

Estão **incluídas no escopo do contrato** as seguintes ações e componentes de reposição:

- **Reparos e substituições em instrumentais cirúrgicos de múltiplas especialidades**, conforme inventário atualizado em 04/05/2024 (vide documento "ATUALIZAÇÃO DOS INST 2024"), abrangendo mais de 50 tipos de caixas cirúrgicas com instrumentais variados;
- **Manutenção e reposição de componentes de pinças, afastadores, porta-agulhas, alicates, tesouras, clamps, martelos, aspiradores e modelos especiais de micro instrumentais**, utilizados em neurocirurgia, cirurgia pediátrica, ginecológica, ortopédica e procedimentos de fissura labiopalatina;
- **Soldagem especializada com técnicas TIG, MIG, laser ou tungstênio**, aplicada a fissuras estruturais, fraturas e quebras em áreas críticas, garantindo a **recuperação funcional sem comprometimento da resistência mecânica**;
- **Substituição de molas, parafusos, eixos, borboletas, articulações e travas**, especialmente em instrumentais articulados e de pressão,



TERMO DE REFERÊNCIA

que exigem sincronia e precisão de movimento para manipulação segura de tecidos e estruturas anatômicas delicadas;

- **Afiação técnica controlada e aferição de corte**, com ângulo adequado conforme cada tipo de tesoura, lâmina, restaurando o desempenho original e minimizando o risco de trauma tecidual;
- **Reposição de identificações danificadas e gravação a laser padronizada** nos instrumentais reformados, assegurando a **rastreabilidade completa** de cada item no ciclo de reprocessamento, conforme exigido pela **RDC ANVISA nº 509/2021**;
- **Aplicação de polimento e tratamentos de superfície anticorrosivos**, conforme especificações da **ABNT NBR 14332**, prevenindo a reincidência de oxidação e prolongando a vida útil dos materiais metálicos;
- **Peças de óticas de videocirurgia e micromotores**, incluindo **limpeza especializada, substituição de lentes e fibras ópticas**, além de ajustes mecânicos e elétricos dos equipamentos.

**8.1.11- Equipamentos e Ferramentas Obrigatórios da Empresa Contratada.**

A empresa contratada deverá dispor de **infraestrutura técnica adequada**, composta por **equipamentos, ferramentas, sistemas e insumos especializados**, compatíveis com as exigências dos serviços de manutenção corretiva e preventiva de instrumentais cirúrgicos da **Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMPA**. A seguir, estão descritos os **recursos mínimos exigidos**, organizados por categoria funcional:

**8.1.11.1- Equipamentos para Afiação, Desempeno e Polimento:**

Essenciais para restaurar a funcionalidade de instrumentais de corte, prensão e afastamento. A contratada deverá possuir e instalar aos sábados na instituição:

- **Máquinas de afiação de precisão**, com rebolos e lixas específicas para aço cirúrgico, capazes de manter os ângulos originais de corte sem comprometer a integridade do instrumental;
- **Máquinas de polimento e jateamento**, para remoção de manchas, corrosão e imperfeições superficiais, com acabamento uniforme;
- **Ferramentas de desempenho e alinhamento**, como alicates técnicos, prensas e gabaritos calibrados;
- **Lupas de aumento ou microscópios de bancada**, para inspeção minuciosa das áreas reparadas e articulações.

**8.1.11.2- Equipamentos para Soldagem e Reconstrução: Obrigatórios**

TERMO DE REFERÊNCIA

para restaurar instrumentais fraturados ou deformados, são exigidos próprios ou pode terceirizar o serviço:

- **Máquinas de solda TIG, MIG, a laser e tungstênio**, compatíveis com os aços inoxidáveis utilizados em instrumentais cirúrgicos (AISI 304, 316L, 420, F138, etc.);
- **Ferramentas de precisão para reposição de componentes**, incluindo pinças, chaves técnicas e instrumentos de crimpagem;
- **Equipamentos para substituição**, utilizados em porta-agulhas e tesouras, assegurando reposição adequada dos inserts de carboneto de tungstênio.

**8.1.11.3- Equipamentos para Manutenção de Óticas de Videocirurgia e Micromotores:** Para a manutenção especializada de componentes ópticos e eletrônicos, são exigidos próprios ou pode terceirizar o serviço:

- **Fontes de luz calibradas, câmeras e monitores de alta resolução**, para avaliação da nitidez, iluminação e integridade das fibras ópticas;
- **Kits de limpeza especializados**, compatíveis com lentes e fibras ópticas, livres de agentes abrasivos ou corrosivos;
- **Equipamentos de teste para micromotores**, com medidores de torque, velocidade e resposta funcional.



**8.1.11.4- Equipamentos para Gravação e Rastreabilidade:** Para garantir a rastreabilidade permanente dos instrumentais A contratada deverá possuir e instalar aos sábados na instituição:

- **Máquina de gravação a laser de alta precisão**, apta a operar em superfícies metálicas de pequeno porte sem comprometer a biocompatibilidade;
- **Sistema informatizado de rastreabilidade**, para registro histórico das intervenções técnicas conforme a **RDC ANVISA nº 509/2021**.

**8.1.11.5- Equipamentos para Limpeza e Pré-processamento Interno:** A contratada deve garantir a higienização segura dos instrumentais antes e após a manutenção, são exigidos próprios ou pode terceirizar o serviço:

- **Cubas ultrassônicas** com capacidade para instrumentais delicados e com geometria complexa;
- **Detergentes enzimáticos específicos e água purificada/destilada** para o enxágue final;
- **Estufas de secagem ou sistemas com ar comprimido filtrado**;

**8.1.11.6- Equipamentos e Sistemas para Emissão de Laudos e Documentação Técnica:** A contratada deverá apresentar documentação completa e rastreável, são exigidos ou pode terceirizar o serviço:

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Software de gerenciamento de documentos e ordens de serviço</b>, para emissão de <b>laudos técnicos individualizados</b>, com registro de fotos, descrição das intervenções e certificações de conformidade;</li> <li>• <b>Equipamentos para testes funcionais dos instrumentais</b>, garantindo o pleno funcionamento antes da devolução ao hospital.</li> </ul> <p><b>8.1.11.7- Recursos para Logística e Transporte Seguro:</b> A contratada será responsável por toda a logística dos instrumentais, devendo dispor de <b>Contêineres e embalagens adequadas</b>, como bandejas fenestradas com tapetes de silicone e caixas de transporte com travas de segurança.</p> <p>A contratada deverá <b>garantir a funcionalidade e segurança de cada item reparado</b>, mantendo um <b>plano de controle de qualidade rigoroso</b> e fornecendo <b>garantia técnica dos serviços executados</b>. A ausência de conformidade poderá acarretar <b>rejeição do serviço e penalidades contratuais</b>, conforme definido em edital.</p> <p>A abrangência do contrato contempla <b>todas as famílias de instrumentais previstas no parque cirúrgico institucional e as futuras</b>, com garantia técnica mínima por peça reparada, conforme proposta apresentada pela empresa contratada. Todas as intervenções deverão ser devidamente registradas, e protocoladas, com controle de qualidade supervisionado pela <b>Engenharia Clínica da FSCMPA</b>, em conformidade com os padrões sanitários vigentes e as boas práticas de gestão de tecnologias em saúde.</p> <p>A <b>ausência de qualquer um desses recursos poderá acarretar a desclassificação da empresa</b>, por inaptidão técnica. Todos os equipamentos deverão estar em <b>perfeito estado de conservação, manutenção e calibração</b>, quando aplicável. O atendimento a essas exigências é condição indispensável para a <b>qualidade, segurança e rastreabilidade dos serviços de manutenção de instrumentais cirúrgicos da FSCMPA</b>.</p>
--	---

## 9. NATUREZA DO OBJETO.

<b>9.1- QUAL O TIPO DA NATUREZA DO OBJETO?</b>	<input type="checkbox"/> Bens Comum. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço Comum. <input type="checkbox"/> Bens Especial. <input type="checkbox"/> Serviço Especial. <input type="checkbox"/> Obras de Engenharia. <input type="checkbox"/> Serviços de Engenharia <input type="checkbox"/> Outros. <b>Justificativa:</b> ().
--	---

## 10. PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

<b>10.1- ASPECTOS GERAIS.</b>	<b>10.1.1-</b> Os aspectos de qualidade, rendimento, durabilidade e segurança do serviço serão assegurados com base nos requisitos técnicos estabelecidos
-------------------------------	---

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ad407039-080.

Nº do Protocolo: 2025/3206497



CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305  
Email: eqqp@scs.saude.pa.gov.br

Anexo/Sequencial: 12



SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA



	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

	<p>neste Termo de Referência, mesmo sem a realização de provas de qualidade ou exigência de amostras durante o processo licitatório. Isso significa que a confiabilidade e a adequação do serviço às necessidades, serão garantidas por meio da análise documental e habilitação técnica fornecidas pelos licitantes, em conformidade com as normas e padrões regulamentares aplicáveis.</p>
<b>10.2- HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?</b>	<p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> (A prova de qualidade deve ser sempre justificada e deverá ser comprovada por certificação de instituição credenciada pelo CONMETRO).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<b>10.3- O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?</b>	<p><input type="checkbox"/> Sim. <b>Justificativa:</b> (A exigência de amostra deve ser justificada).</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<b>10.4- HAVERÁ GARANTIA DO OBJETO?</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><b>Justificativa:</b> (Os serviços têm a garantia assegurada de 03(três meses) após a sua execução.</p> <p><b>Justificativa:</b> (Os serviços têm a garantia assegurada de 03 (três) meses após a sua execução.)</p> <p>A empresa contratada deverá fornecer garantia integral sobre todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva realizados nos instrumentais cirúrgicos da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA), abrangendo tanto os procedimentos realizados in loco quanto os executados em ambiente externo da empresa, em conformidade com as normas da ANVISA, ABNT e boas práticas de reprocessamento de produtos para saúde.</p> <p>Essa garantia tem por finalidade assegurar a funcionalidade, segurança e desempenho dos instrumentais reparados, garantindo que retornem ao uso clínico em plenas condições técnicas, compatíveis com os padrões de qualidade exigidos em ambientes cirúrgicos e de esterilização hospitalar. O prazo de garantia inicia-se a partir da finalização dos serviços, entrega do relatório técnico e reintegração do item ao parque hospitalar, não sendo previsto qualquer tipo de bonificação adicional à instituição.</p> <p>As chamadas relativas à ativação da garantia deverão ser formalizadas pelo Contratante, por meio de comunicação escrita, e-mail institucional ou telefone, sendo obrigatório o atendimento pela empresa nos sábados, com retorno técnico apropriado. No caso de necessidade de remoção de qualquer item para nova intervenção, a empresa deverá proceder à retirada, execução do serviço e</p>

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ad070399

Nº do Protocolo: 2025/3206497

CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305  
Email: equipamentos@scm.par.gov.br



Anexo/Sequencial: 12



SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA



Página 12 de 33

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

<div style="background-color: #a0c0ff; width: 250px; height: 100px;"></div>	<p>restituição do instrumental em perfeitas condições de uso, devidamente higienizado, identificado e funcional, dentro dos prazos acordados com a fiscalização.</p> <p>A garantia técnica incluirá a correção integral de falhas que possam surgir em decorrência de vícios ocultos ou má execução dos serviços realizados, sem qualquer ônus adicional para a Fundação. Abrangerá, ainda, ajustes técnicos, revisões, reposições de componentes, lubrificações, reposicionamentos e correções de articulações, sempre com substituição por peças novas, originais ou tecnicamente compatíveis, conforme o tipo e modelo do instrumental tratado. Eventuais falhas que comprometam a segurança do paciente ou a realização de procedimentos assistenciais deverão ser corrigidas com prioridade, respeitando a criticidade do setor demandante.</p> <p>A fiscalização do Contratante acompanhará a execução dos serviços, tanto durante a realização das manutenções quanto no período de garantia, avaliando a conformidade das práticas adotadas com os padrões estabelecidos no contrato. Caso sejam constatadas não conformidades técnicas, operacionais ou documentais, a empresa contratada será formalmente notificada para providenciar as correções necessárias em prazo compatível com a urgência do caso, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e nas cláusulas contratuais.</p> <p>A adoção dessa garantia representa instrumento essencial para a segurança dos procedimentos cirúrgicos, prevenção de falhas reincidentes e valorização dos recursos públicos investidos na preservação do parque instrumental da FSCMPA, assegurando que todos os itens reparados retornem às suas respectivas rotinas de uso clínico com qualidade, rastreabilidade e confiabilidade assistencial.</p>
	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 25%;"> <p><b>10.5- HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</b></p> </div> <div style="width: 75%;"> <div style="margin-bottom: 10px;"> <input type="checkbox"/> Não.         </div> <div> <input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens X e Y, durante N meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i>, sem custo para a administração pública.         </div> <div> <input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens “<b>HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>” durante a vigência         </div> </div> </div>

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4af1-81b6-71b8ad407039

Nº do Protocolo: 2025/3206497

CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305  
Email: equipamentos@fundacaosantacasa.org.br



Anexo/Sequencial: 12



SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA





	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

	<p><b>do contrato</b>, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meios próprios</i>, sem custo para a administração pública.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação aos itens <b>X</b> e <b>Y</b>.</p>
<b>11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO</b>	
<b>11.1- FORMA DE CONTRATAÇÃO</b>	<p><input type="checkbox"/> <b>Inexigibilidade</b> de licitação, com fundamento no art. 74, <b>Y</b>, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação em razão do <b>valor*</b>, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Dispensa</b> de licitação, com fundamento no art. 75, caput, inciso IV, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <b>Pregão eletrônico</b>, pautado no art. 28 - inciso I c/c art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo definido o modo aberto para estar especificada no Edital desta aquisição.</p>
<b>11.2- CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.</p> <p><input type="checkbox"/> Maior desconto.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Outro (<b>Melhor Técnica</b>)</p>
<b>11.3- O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?</b>	<p><b>Justificativa:</b> <i>(Exemplo: optamos pelo sigilo em função da estratégia mais favorecer a admiração publica, para dos devidos fins no que condiz a correta oferta de valores de mercado para a execução do serviço, na qual estimula o licitante a realizar a visita e ter uma noção real dos custos e evitar a prática de mergulho de preços que pode ocasionar a inxequibilidade do serviço, segue no Anexo-I a justificativa para o orçamento sigiloso):</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<b>11.4- CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA:</b>	<p><b>11.4.1-</b> Apresentar proposta de preços de forma clara e detalhada, indicando especificação do item, valor unitário e total de cada item e o valor total da proposta dentro da faixa admissível para execução do serviço, que o fornecedor se propõe a entregar, em algarismo e por extenso, já incluídas, discriminadamente, todas e quaisquer despesas tais como frete, taxas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e impostos, inclusive o desembaraço alfandegário, dentre outras, observadas as isenções previstas na legislação, com cotações em moeda</p>

TR – Termo de Referência.



Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-41fb-81b6-71b8ad407039

Nº do Protocolo: 2025/3206497

CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305  
Email: equipamentos@scapara.org.br



Anexo/Sequencial: 12





	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
	<p><b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b></p>	
<p><b>TERMO DE REFERÊNCIA</b></p>		

	<p>corrente nacional e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;</p> <p><b>11.4.2-</b> A proposta de preço deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, contendo todos os dados que identifiquem a empresa, como a razão social, CNPJ, endereço completo, telefone fixo, e-mail, informações bancárias e assinadas pelo representante legal da empresa;</p> <p><b>11.4.3-</b> A proposta apresentada será considerada com prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo;</p> <p><b>11.4.4-</b> O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, atestado de visita técnica emitido pelo hospital e entregue no ato da visita, o referido atestado deverá ser datado e assinado por servidor do hospital e pelo representante da empresa que compareceu para realizar a visita;</p> <p><b>11.4.5-</b> Caso o licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar, declaração emitida empresa licitante, informando que optou por não realizar a visita técnica e que não possui quaisquer dúvida quanto à execução dos serviços, comprometendo-se a prestá-lo em consonância com as especificações constantes do edital, anexos e as leis vigentes que regem este certame;</p> <p><b>11.4.6-</b> Declaração de que a CONTRATADA possui escritório na região metropolitana de Belém, Pará, a ser comprovado na apresentação da proposta.</p> <p><b>11.4.7-</b> Contrato social atualizado ou no caso de firma individual, documento respectivo onde conste o objeto social da pessoa jurídica, bem como, quem é responsável para representá-la extrajudicialmente.</p> <p><b>11.4.8-</b> No caso de a Ata e do contrato ser assinado por procurador da licitante vencedora, deverá ser enviado o instrumento público ou particular de procuração, este com assinatura reconhecida em cartório.</p> <p><b>11.4.9-</b> Documento de identidade do responsável pela licitante ou de seu Procurador, no caso de ser este o responsável pela assinatura da ATA e do contrato.</p>
--	--

<p><b>12. DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.</b></p>	
<p><b>12.1- DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.</b></p>	<p><b>12.1.1-</b> A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogada uma única vez por igual período.</p>
	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Como?</b> O preço registrado poderá ser alterado após negociação, conforme dispostos do decreto ESTADUAL nº 3.371, de 29 de setembro de 2013.</p>

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

<b>12.2- POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO PREÇO REGISTRADO:</b>	2023.  <input type="checkbox"/> Não
<b>12.3- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:</b>	<p><b>12.3.1-</b> Descumprir as condições da Ata de registro de preços, sem justificativa plausível;</p> <p><b>12.3.2-</b> Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FSCMPA, sem justificativa aceitável;</p> <p><b>12.3.3-</b> Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;</p> <p><b>12.3.4-</b> Sofrer sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade;</p> <p><b>12.3.5-</b> Não aceitar o preço revisado pela FSCMPA</p> <p><b>12.3.6-</b> O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.</p> <p><b>12.3.7-</b> O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:</p> <p><b>12.3.8-</b> A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seu(s) anexo(s).</p> <p><b>12.3.9-</b> Por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.</p>
<b>12.4- O GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</b>	<p><b>12.4.1-</b> O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da detentora, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.</p> <p><b>12.4.2-</b> A Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.</p>
<b>13. DA GESTÃO DO CONTRATO.</b>	
<b>13.1- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:</b>	<p><b>13.1.1-</b> O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Como?</b> Com base nas hipóteses descritas no Capítulo VII - Da Alteração Dos Contratos E Dos Preços, da Lei de

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

<b>13.2- POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO:</b>	Licitações 14.133/21.  <input type="checkbox"/> Não
<b>13.3- DO CANCELAMENTO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO:</b>	<b>13.3.1-</b> Com base nas hipóteses descritas no Capítulo VIII - Das Hipóteses De Extinção Dos Contratos, da Lei de Licitações 14.133/21. <b>13.3.2-</b> Descumprir as condições, sem justificativa plausível; <b>13.3.3-</b> Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FSCMPA, sem justificativa aceitável; <b>13.3.4-</b> Sofrer sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade; <b>13.3.5-</b> Não aceitar o serviço revisado pela FSCMPA <b>13.3.6-</b> O cancelamento do contrato poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento dos serviços, devidamente comprovados e justificados; <b>13.3.7-</b> A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seu(s) anexo(s). <b>13.3.8-</b> Por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.
<b>13.4- O GESTOR DO CONTRATO.</b>	<b>13.4.1-</b> Será destinado pelo setor de contratos, caso não tenha especificado um gesto específico, o próprio setor ficará responsável pelo gestão do contrato. <b>13.4.2-</b> O gestor do acompanhará a manutenção das condições de habilitação da detentora, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. <b>13.4.3-</b> O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
<b>13.5- AS COMUNICAÇÕES ENTRE O ÓRGÃO OU ENTIDADE E A CONTRATADA.</b>	<b>13.5.1-</b> devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
<b>14. REQUISITOS DA CONTRATADA</b>	
<b>14.1- SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Qual? <b>14.1.1-</b> Registro ou inscrição da Empresa participante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); (nos ramos de Engenharia Mecânica ou Engenharia Elétrica ou Engenharia

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ada07039-080.

Nº do Protocolo: 2025/3206497

CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305

Email: equipamentos@scapara.org.br

Anexo/Sequencial: 12



SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA



TERMO DE REFERÊNCIA

TÉCNICA (ART. 67, LEI Nº  
14.133/2021)?

Química ou Engenharia Biomédica.)

**14.1.2-** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade permanente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A comprovação de aptidão deverá ser feita por meio de:

**14.1.2.1-** Capacitação técnico-operacional: apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá ser emitido em papel timbrado do órgão contratante e conter, pelo menos, as seguintes informações: dados cadastrais das empresas contratantes e contratada.

**14.1.2.2-** objeto contratado (descrição e detalhamento do serviço realizado) e assinatura do responsável pelas informações do atestado (nome, cargo e contato).

**14.1.2.3-** O Atestado de capacidade técnica deve comprovar que a empresa executou serviços de Prestação de serviço com fornecimento de peças, por período não inferior a 12 (doze) meses, de Manutenção Corretiva, Preventiva, do respectivo objeto ou equivalente.

**14.1.2.4-** Capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente (pessoas ligadas à empresa de modo permanente, sem natureza eventual, por meio de vínculos de natureza trabalhista e/ou societária, contrato de prestação de serviço autônomo, ou o compromisso de que o profissional será contratado caso a empresa seja a adjudicatária e venha a ser convocada para executar o objeto), na data prevista para a entrega da proposta, profissional devidamente registrado no CREA ou CFT, e detentor de CAT por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação;

**14.1.2.5-** A habilitação técnico-operacional também deverá ser comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), nos termos dos arts. 53 a 57 da Resolução CONFEA n.º 1.137/2023.

Por  
quê?

A solicitação de documentação específica para comprovação da qualificação técnica e operacional das empresas participantes deste processo licitatório é fundamental para garantir que os serviços de manutenção corretiva e preventiva de instrumentais cirúrgicos da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) sejam realizados por empresas tecnicamente capacitadas, experientes e com atuação comprovada na área.





TERMO DE REFERÊNCIA

Para assegurar a **conformidade com os requisitos técnicos e legais**, será exigido o **registro ou inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)**, conforme a habilitação legal pertinente à atividade exercida. Do mesmo modo, a empresa deverá apresentar o **registro de seu responsável técnico no respectivo conselho**, assegurando que os serviços sejam conduzidos sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado.



Além disso, os licitantes deverão **comprovar sua aptidão técnica** por meio da apresentação de **Atestados de Capacidade Técnica** emitidos por **pessoas jurídicas de direito público ou privado**, que comprovem a **execução de serviços de manutenção corretiva, preventiva e com fornecimento de peças aplicadas a instrumentais cirúrgicos**, por período **igual ou superior a 12 (doze) meses**. Os atestados deverão ser emitidos em **papel timbrado da entidade contratante** e conter, no mínimo:

- **Razão social, CNPJ e dados cadastrais das empresas envolvidas;**
- **Descrição detalhada do serviço realizado**, especificando a natureza do objeto (ex.: afiação, soldagem, polimento, substituição de componentes, manutenção de óticas cirúrgicas etc.);
- **Período de execução contratual e assinatura do responsável técnico da contratante**, com nome, cargo e dados de contato.

Será exigida, ainda, a apresentação da **Certidão de Acervo Operacional (CAO)**, conforme previsto nos arts. 53 a 57 da Resolução CONFEA nº 1.137/2023, como forma de atestar a **experiência operacional da empresa na execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação**, fortalecendo a rastreabilidade das ações técnicas executadas.

A comprovação da **capacitação técnico-profissional** também será obrigatória. O licitante deverá demonstrar que possui em seu **quadro permanente ao menos um profissional registrado no CREA ou CFT**, detentor de **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** que comprove a **execução de serviços similares aos previstos nesta contratação**, como manutenção especializada de instrumentais cirúrgicos hospitalares com reposição de peças, afiação, soldagem e gravação a laser.

De forma adicional, os licitantes deverão apresentar uma **declaração formal de que possuem ou instalarão sede, filial, posto de atendimento ou escritório técnico no município de Belém-PA ou na**

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

	<p><b>Região Metropolitana</b>, com a finalidade de <b>assegurar suporte local eficiente, ágil e contínuo</b> durante toda a vigência contratual.</p> <p>A <b>Comissão de Licitação</b> poderá realizar <b>diligências</b> a qualquer tempo para <b>esclarecimento de dúvidas ou verificação de informações constantes da documentação apresentada</b>, conforme disposto nos incisos I e II, §§ 1º e 2º do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>O descumprimento das exigências descritas neste item implicará na <b>desclassificação da proposta</b>, preservando a <b>legalidade, isonomia e a qualificação técnica das empresas participantes</b>, em consonância com o interesse público e a segurança dos processos assistenciais da FSCMPA.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.
<b>14.2- QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS.</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.</p> <p><b>Justificativa:</b> <i>O referido documento certificará que o participante do certame possui pleno conhecimento das obrigações assumidas caso venha a consagrar-se vencedor do certame.</i></p> <p><b>Justificativa:</b> <i>(requisitos da Lei Nº 14.133/2021)</i></p> <p>a) Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;</p> <p>b) Não há superveniência de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei Nº 14.133/2021;</p> <p>c) A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99);</p> <p>d) Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 14º Inciso IV da Lei Nº 14.133/2021.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração unificada, assinada por representante legal da proponente, de que:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Registro na entidade</p> <p><b>Justificativa:</b> <i>(Justificar o motivo da</i></p>

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7646-ab19-4afb-81b6-71b3ada07039-080.

Nº do Protocolo: 2025/3206497

CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305

Email: equp@scmpa.org.br



Anexo/Sequencial: 12



SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA



Página 20 de 33

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

<p><b>14.3- CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO.</b></p>	<p>profissional competente. <i>exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial.</p> <p><b>Especificar:</b> (Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</p> <p><input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.</p> <p><b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p> <p><b>Justificativa:</b> (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p>
	<p><b>14.3.1-</b> Verificar e validar a documentação técnica apresentada, incluindo os documentos pertinentes ao serviço;</p> <p><b>14.3.2-</b> A avaliação da documentação dos licitantes seguirá os critérios das empresas rigorosas, garantindo que apenas as especificações técnicas e devidamente regularizadas possam prosseguir no processo licitatório.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. <b>Qual?</b> <b>14.3.3-</b> A verificação dos documentos será realizada pela Equipe Técnica Responsável pela elaboração deste termo de referência, que analisará a validade, moderada e conformidade das informações apresentadas com as exigências previstas no edital.</p> <p><b>14.3.4-</b> Serão considerados os seguintes critérios para a avaliação:</p> <p><b>14.3.5-</b> Regularidade Profissional:</p> <p><b>14.3.6-</b> Capacitação Técnica:</p>

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ad07039-080.

Nº do Protocolo: 2025/3206497

CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305  
Email: equipamentos@scapara.org.br

Anexo/Sequencial: 12



SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA



Página 21 de 33

	<p><b>14.3.7-</b> Comprovação de Estrutura Local</p> <p><b>14.3.8-</b> Caso sejam identificadas inconsistências, omissões ou dúvidas na documentação apresentada, a Comissão de Licitação poderá solicitar diligências para esclarecimento.</p> <p><b>14.3.9-</b> A inobservância dos critérios estabelecidos ou a apresentação de documentação incompleta ou inválida poderá resultar na desclassificação do licitante, garantindo que apenas empresas regularizadas, experientes e aptas participem de determinado.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p><b>14.4- HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?</b></p>	<p><b>Especificar:</b> <i>(Descrito no ETP e conforme disposto no Decreto nº 4.193, de 18/09/2024, do Governo do Estado do Pará que prever sobre as diretrizes e critérios de sustentabilidade a serem observados nas licitações e contratações realizadas pela Administração Pública Estadual.)</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p><b>14.5- HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</b></p>	<p><b>Especificar:</b></p> <p><b>14.5.1- Risco de Conformidade Regulatória:</b> A empresa contratada para a manutenção preventiva e corretiva dos instrumentais cirúrgicos da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) deverá assegurar que todas as atividades técnicas estejam estritamente em conformidade com os requisitos legais e normativos vigentes, especialmente os estabelecidos pela RDC nº 15/2012, RDC nº 509/2021 e RDC nº 665/2022 da ANVISA, bem como pelas normas técnicas da ABNT, como a NBR ISO 13485, e os princípios da boas práticas de processamento de produtos para saúde (PPS). O descumprimento das exigências regulatórias poderá resultar em sanções administrativas, aplicação de penalidades contratuais e rescisão do contrato, além de comprometer a segurança do ambiente hospitalar e a rastreabilidade dos processos assistenciais.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.      <b>Quais?</b></p> <p><b>14.5.2- Risco de Qualidade e Segurança dos Serviços Prestados:</b> A qualidade técnica e a segurança dos serviços de manutenção são essenciais para garantir a integridade funcional dos instrumentais cirúrgicos, prevenindo falhas durante procedimentos críticos. Execuções</p>

TERMO DE REFERÊNCIA

inadequadas, uso de peças incompatíveis, afiações imprecisas, ou soldagens incorretas, podem comprometer diretamente a esterilidade, a eficiência mecânica e a vida útil dos instrumentais, expondo os pacientes a riscos infecciosos, lesões cirúrgicas e falhas terapêuticas. A constatação de não conformidades técnicas poderá gerar responsabilização administrativa, glosas contratuais e, se aplicável, responsabilidade civil objetiva por danos à saúde dos usuários.

**14.5.3- Risco Operacional:**

A empresa contratada é integralmente responsável pela execução tempestiva e eficaz das manutenções, incluindo o fornecimento de peças, suporte técnico especializado e logística de transporte dos instrumentais. A inobservância dos prazos estabelecidos, atrasos na devolução dos materiais ou ineficiência técnica na execução dos serviços poderá resultar em interrupção de cirurgias, bloqueio de salas operatórias e prejuízos assistenciais diretos. A falha em atender aos chamados técnicos ou a reincidência de falhas nos mesmos instrumentais poderá ensejar aplicação de multas contratuais, advertências, glosas e restrições de contratação futura.

**14.5.4- Risco Financeiro:**



A contratada estará sujeita às variações de custos associadas à aquisição de peças de reposição, insumos, transporte especializado e serviços laboratoriais, sendo imprescindível a previsão contratual de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o art. 137 da Lei nº 14.133/2021. A ausência de planejamento financeiro, gestão inadequada de estoque técnico ou dificuldade em absorver oscilações de mercado poderá afetar a continuidade dos serviços, impactando diretamente o desempenho contratual.

**14.5.5- Risco de Responsabilidade Civil:**

A má execução dos serviços de manutenção de instrumentais cirúrgicos, especialmente quando associados a afiação deficiente, falha na reconstrução de partes móveis, soldagens de baixa qualidade ou identificação incorreta, poderá ocasionar falhas clínicas graves durante procedimentos assistenciais, colocando em risco a vida e integridade física dos pacientes. Nessas hipóteses, a empresa poderá ser judicialmente responsabilizada por perdas e danos, inclusive por lucros cessantes e danos morais, conforme as disposições do Código Civil Brasileiro.

**14.5.6- Risco de Gestão do Contrato:**



	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

	<p>A falta de controle sobre as rotinas de manutenção, a não emissão de relatórios técnicos padronizados, a ausência de cronogramas atualizados ou a comunicação ineficaz com a fiscalização contratual prejudicam a rastreabilidade e a governança do contrato. Para mitigar esse risco, a empresa deverá adotar sistemas informatizados de controle, planos de manutenção preventiva, registro e emissão de laudos detalhados, assegurando a transparência, auditabilidade e integridade dos serviços prestados, conforme estabelece o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A negligência na gestão contratual poderá comprometer o desempenho institucional da FSCMPA, acarretando sanções previstas em contrato e na legislação vigente.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<b>14.6- HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?</b>	<p>O licitante deverá realizar vistoria técnica nas instalações onde serão executados os serviços, no período de segunda a sexta-feira, dentro do prazo previsto no edital. A vistoria terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação do edital e se estenderá até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, no horário das 09:00h às 18:00h, mediante agendamento prévio.</p> <p>O agendamento deverá ser realizado por meio de contato com a Coordenação de Estrutura Física Funcional e Patrimônio (CEFF), pelos seguintes canais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fiscal Administrativo do Contato: <ul style="list-style-type: none"> <li>Nome: Sr. LUÍS CARLOS BRAGA CAMPELO – Gerente de Equipamentos</li> <li>Matrícula: Nº 5958955/3</li> <li>Telefone: (91) 4009-7305</li> <li>E-mail: luis.campe@ santacasa.pa.gov.br</li> </ul> </li> <li>Substituto Fiscal: <ul style="list-style-type: none"> <li>Nome: Sr. MAURÍCIO SOLON DA SILVA – Engenheiro Clínico</li> <li>Matrícula: Nº 5960411/1</li> <li>Telefone: (91) 4009-2305</li> <li>E-mail: mauricio.solon@santacasa.pa.gov.br</li> </ul> </li> </ul> <p>Caso o licitante não tenha interesse em realizar a vistoria técnica, deverá apresentar uma declaração formal, concordando com as condições do local de execução dos serviços e renunciando à possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.</p> <p>A vistoria tem caráter informativo e visa garantir que as empresas participantes conheçam as condições técnicas e estruturais do ambiente de trabalho, garantindo transparência no processo licitatório e melhor planejamento da execução contratual.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>

**15. FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**



TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ad407039



Nº do Protocolo: 2025/3206497

Anexo/Sequencial: 12



	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

<b>15.1- COMO O SERVIÇO DEVE SER EXECUTADO?</b>	<p><b>15.1.1-</b> A execução do serviço seguirá a seguinte dinâmica:</p> <p><b>15.1.1.1</b> O serviço será iniciado após 07 dias após assinatura do contrato. Onde o técnico deve ser apresentado aos fiscais para a orientações da forma do serviço assim como as políticas e normas da instituição.</p> <p><b>15.1.1.2</b> Os serviços serão executados na área dos compressores abaixo do CME, e no modulo de compressores do Ar-medicinal do Prédio do Centenário da Santa Casa, localizado na Rua Oliveira Belo 395, no Bairro do Umarizal, CEP: 66050-380 -Belém/PA.</p> <p><b>15.1.1.3</b> Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho.</p> <p><b>15.1.1.4</b> Apresentação mensal de um relatório detalhando os serviço realizados e as condições dos compressores.</p> <p><b>15.1.1.5</b> Executar os serviços conforme especificações desta solicitação e da sua proposta apresentada, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento da prestação de serviços e futuras cláusulas contratuais;</p> <p><b>15.1.1.6</b> Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução integral dos serviços, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos desta solicitação e da sua proposta;</p> <p><b>15.1.1.7</b> Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos eletrônicos exigidos para a prestação dos serviços a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;</p> <p><b>15.1.1.8</b> Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração.</p> <p><b>15.1.1.9</b> Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e a eficácia dos serviços prestados, além de responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados, os quais deverão receber prévia aprovação do Hospital, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões especificados nesta solicitação.</p> <p><b>15.1.1.10</b> O horário de atendimento presencial in loco deve ser de Segunda a Sexta das 08:00 às 18:00 horas, exceto finais de semana e feriados por meio do chamados aberto e cobertura via sobre aviso.</p>			
	<p><b>16. PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</b></p> <table border="1"> <tr> <td> <b>16.1- PRAZO DO CONTRATO.</b> </td> <td> <input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega).  <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. </td> </tr> <tr> <td></td> <td> <input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. </td> </tr> </table>	<b>16.1- PRAZO DO CONTRATO.</b>	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.	
<b>16.1- PRAZO DO CONTRATO.</b>	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.			
	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.			

	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

<b>16.2- HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?</b>	<input type="checkbox"/> Não.
<b>16.3- FORMA DE PAGAMENTO</b>	<b>Meio</b> Ordem bancária.
	<b>Onde?</b> Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	<b>Qual o prazo?</b> Até <b>30</b> dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	<b>Prova da regularidade fiscal</b> <p>A regularidade fiscal pode ser provada:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante.</li> <li>ou</li> <li>2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.</li> </ol>
<b>16.4- CONDIÇÃO PARA O PAGAMENTO.</b>	<p><b>16.4.1-</b> A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da contratada.</p> <p><b>16.4.2-</b> A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.</p> <p><b>16.4.3-</b> Mediante apresentação do relatório mensal descrevendo os serviços realizados.</p>
<b>16.5- QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</b>	<input type="checkbox"/> <b>X%</b> do valor inicial do contrato. <p><b>Justificativa:</b> (O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</p> <input checked="" type="checkbox"/> Não há. <p><b>Justificativa:</b> por se tratar de pagamento posterior a entrega do objeto, não se faz necessário garantia contratual.</p>
<b>16.6- DEVERES DA CONTRATADA.</b>	<p><b>16.6.1-</b> Fornece os serviços atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos.</p>

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ad407039

Nº do Protocolo: 2025/3206497

CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305  
Email: eqp@scspara.org.br

Anexo/Sequencial: 12



TERMO DE REFERÊNCIA

**16.6.2-** Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o serviço entregue.

**16.6.3-** A entrega a Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual).

**16.6.4-** O serviço deve ser executado conforme os critérios do manual do fabricante do equipamento no contexto da manutenções preventivas e manutenção do pleno funcionamento do equipamento.

**16.6.5-** Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna, bem como atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente possam ser causados a pessoas físicas e jurídicas, direta ou indiretamente, envolvidas na execução dos serviços.

**16.6.6-** Deverá manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta solicitação e na licitação;

**16.6.7-** Disponibilizar prestadores de serviço especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. Os prestadores de serviço disponibilizados executarão os serviços solicitados, cumprindo seus trabalhos em local apropriado, a eles destinados pelo Hospital;

**16.6.8-** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

**16.6.9-** Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

**16.6.10-** A Empresa/Contratada deverá fornecer e manter os prestadores de serviço devidamente protegidos por meio de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC (Equipamentos de Proteção Coletiva), nos casos em que estes forem obrigatórios, conforme legislação e normas de segurança do trabalho vigentes à época de execução do contrato, impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los.

**16.6.11-** Apresentar o empregado que adentrará o Hospital para a execução do serviço, o qual deve estar devidamente identificado. A Empresa/Contratada deverá fornecer aos seus funcionários o crachá de identificação;

TERMO DE REFERÊNCIA

**16.6.12-** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Hospital, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, quando for o caso;

**16.6.13-** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**16.6.14-** Responsabilizar-se pelo comportamento e orientar seus funcionários/prepostos a manter a disciplina nos locais dos serviços do Hospital, retirando, de imediato, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente ou que venha a criar embargos à Fiscalização, sem que caiba qualquer ônus ao Hospital, devendo haver a imediata substituição do mesmo;

**16.6.15-** Atender imediatamente aos chamados para correção dos defeitos, nos prazos estabelecidos.

**16.6.16-** Fornecer Assistência Técnica nos dias determinado, incluindo os serviços descritos, mão de obra, manutenção preventiva (com periodicidade e técnicas iguais do manual técnico e operacional do fabricante) e corretiva quando necessária;

**16.6.17-** Manter organizado, limpos e em bom estado de higiene o local onde estiver sendo executados os serviços de manutenção, especialmente as vias de circulação;

**16.6.18-** Relatar ao Hospital toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**16.6.19-** Responderá por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;

**16.6.20-** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Hospital, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;

**16.6.21-** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Hospital.

**16.6.22-** Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.

**16.6.23-** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço contratado.

**16.6.24-** Refazer os serviços que, a juízo do representante do Hospital, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;



TERMO DE REFERÊNCIA

**16.6.25-** Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços; de todas as peças de reposição necessárias à colocação do Equipamento em condições de funcionamento normal.

**16.6.26-** A CONTRATADA deverá disponibilizar sempre uma ordem de serviço quando houver atendimento contendo, no mínimo, as seguintes informações:

**16.6.27-** Modelo do Instrumento;

**16.6.28-** Número de série ou marcação;

**16.6.29-** Nome do Hospital e cidade onde está localizado o equipamento;

**16.6.30-** Data da realização em que o serviço foi realizado (preventiva ou corretiva);

**16.6.31-** Descrição do serviço realizado, bem como apontamento de necessidades para o reparo e troca de peças realizadas;

**16.6.32-** Identificação do funcionário que prestou a manutenção.

**16.6.33-** A CONTRATADA deverá executar as tarefas específicas a cada tipo de equipamento seguindo os padrões estabelecidos pelo manual técnico do fabricante.



**16.6.34-** Está incluso se necessário softwares para funcionamento pleno dos equipamentos, assim como o fornecimento de um sistema remoto de monitoramento de alarmes via mensagens para telefone móvel.

**16.6.35-** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**16.6.36-** Todas as manutenções corretivas, preventivas necessárias para o equipamento e/ou seus acessórios dentro do período de garantia devem ser realizados pela CONTRATADA sem ônus à Instituição com emissão de Certificado.

**16.6.37-** Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito, via e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa ao atendimento preliminar no prazo máximo de 24 horas, nos dias atendimento aos sábados.

**16.6.38-** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.

	<p><b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b></p>	
<p><b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b></p>		
<p><b>TERMO DE REFERÊNCIA</b></p>		

	<p><b>16.6.39-</b> Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA.</p>
<p><b>16.7- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.</b></p>	<p><b>16.7.1-</b> Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;</p> <p><b>16.7.2-</b> Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir as obrigações;</p> <p><b>16.7.3-</b> Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;</p> <p><b>16.7.4-</b> Não permitir a intervenção de estranhos na instalação do equipamento contratado.</p> <p><b>16.7.5-</b> Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;</p> <p><b>16.7.6-</b> Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;</p> <p><b>16.7.7-</b> Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;</p> <p><b>16.7.8-</b> Rejeitar os serviços ou insumos nas quais as especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes no Termo de Referência e seus anexos;</p> <p><b>16.7.9-</b> A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;</p> <p><b>16.7.10-</b> Cabe ao setor GEQP - Gerência de Equipamentos notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p>
<p><b>16.8- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.</b></p>	<p><b>16.8.1-</b> Serão aplicáveis, no que couberem, as sanções administrativas descritas na Lei nº 14.133/21, além de outras normas complementares.</p>
<p><b>16.9- RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.</b></p>	<p><b>16.9.1-</b> A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos designados Representantes da Administração, para o acompanhamento e a fiscalização do contrato, conforme artigo 117 da lei 14.133/21.</p> <p><b>16.9.2-</b> Para fiscal do contrato indicamos o Sr. LUÍS CARLOS BRAGA CAMPELO, Gerente de Equipamentos, matrícula Nº 5958955/2, lotado na</p>



TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ad407039

Nº do Protocolo: 2025/3206497

Anexo/Sequencial: 12



 SANTACASA DO PARÁ	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

	<p>Coordenação de Estrutura Física Funcional e Patrimônio - CEFF, Telefone: (91) 4009-7305, e-mail: luis.campelo@santacasa.pa.gov.br</p> <p><b>16.9.3-</b> Para fiscal substituto indicamos o Sr. MAURÍCIO SOLON DA SILVA, Engenheiro Clínico, matrícula 5960411/1, lotado na Coordenação de Estrutura Física Funcional e Patrimônio - CEFF, Telefone: (91) 4009-7305, e-mail: mauricio.solon@santacasa.pa.gov.br</p> <p><b>16.9.4-</b> A presença de fiscalização pela CONTRATANTE não elide, assim como não diminui a responsabilidade da CONTRATADA com suas obrigações contratuais.</p>
--	---



## 17. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

<b>16.1- DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO.</b>	<p>Funcional xxx.</p> <p>Programática:</p> <p>Elemento de xxx.</p> <p>Despesa:</p> <p>Fonte do Recurso: xxx.</p> <p><b>Obs.:</b> Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.</p>
--	---

Belém, 21 de agosto de 2025



Eng.º Clínico Luís Carlos Braga Campelo - CREA: 15115010791/PA  
Gerência de Equipamentos - GEQP/CEFF  
Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMPA  
Rua Bernal do Couto, nº 1040 - Umarizal, Belém/PA - CEP: 66.055-080  
Fone: (91) 3251-2305 / (91) 9 8139-2278 - CNPJ: 04.929.345/0001-85

 SANTACASA DO PARÁ	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
	GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP	
TERMO DE REFERÊNCIA		

## ANEXO I

### JUSTIFICATIVA DO ORÇAMENTO SIGILOSO

Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”, cita-se:

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

*A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente*

TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ad407039

Nº do Protocolo: 2025/3206497

CNPJ – 04.929.345/0001-85 Telefone: (91) 3251-7305  
Email: equipamentos@scapara.org.br



Anexo/Sequencial: 12



SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA



Página 32 de 33

 SANTACASA DO PARÁ	<b>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ</b>	
	<b>GERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS - GEQP</b>	
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		

*analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.*

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

*Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e/ou da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.*

Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da obra, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

Desta forma e por todo justificado anteriormente, a FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ informa aos Licitantes que o ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.



Eng.º Clínico Luís Carlos Braga Campelo – CREA: 15115010791/PA  
Gerência de Equipamentos – GEQP/CEFF  
Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMPA  
Rua Bernal do Couto, nº 1040 – Umarizal, Belém/PA – CEP: 66.055-080  
Fone: (91) 3251-2305 / (91) 9 8139-2278 – CNPJ: 04.929.345/0001-85

#### TR – Termo de Referência.

Identificador de autenticação: d45b7046-ab19-4afb-81b6-71b8ada07039

Nº do Protocolo: 2025/3206497

ANEXO 12

ANEXO 12







## ASSINATURAS

**Número do Protocolo:** 2025/3206497

**Anexo/Sequencial:** 12

*Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.*

### **Assinatura(s) do Documento:**

**Assinado eletronicamente por:** Luis Carlos Braga Campelo, **CPF:** \*\*\*.426.092-\*\*

**Em:** 21/08/2025 18:48:58

**Aut. Assinatura:** a969fe3fb8e7af443ea813c8964c126caf69bd6151dd0f641c8319f13ad42fe5



**Identificador de autenticação:** d45b7346-ab19-4afb-81b6-71b3ada07039

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>